

# A hora da verdade

por Alves Gomes

**A posição tomada por diferentes membros do Governo da África do Sul, em defesa do Acordo de Nkomati e da Declaração de Pretória, contra o comportamento e actuação dos bandidos armados, pode vir a acelerar o fim da violência e terrorismo em Moçambique. A África do Sul, tem agora nas suas mãos a oportunidade de se desligar definitivamente da desestabilização e contribuir construtivamente para a estabilidade e segurança regionais.**

Os hóspedes mais atrasados terminavam o pequeno-almoço na sala de jantar do «Boulevard Hotel», em Pretória. Numa sala de reuniões no primeiro andar, cerca de duas dezenas de jornalistas discutiam, entre si, qual seria o tema da conferência de imprensa que teria lugar às dez e meia.

Ia-se finalmente ter a oportunidade de testar, pela primeira vez e na presença dos representantes da «grande imprensa», os temas mais sérios do banditismo em Moçambique: quem apoia, quais as actuais ligações, o comportamento perante a população civil, as afirmações sensacionais, a natureza da violência.

Quatro homens de olhar vago, riso nervoso, e andar inseguro, deram entrada na sala. O primeiro, portador de passaporte português, com malinha de alça ao ombro e conhecido por um passado de vigarice que inclui a utilização de profissão falsa para a obtenção de emprego. O segundo conhecido por fundador de grup-

pos políticos de má sorte como forma de obter fundos para sobreviver. O terceiro, agente da Pide expulso de Marrocos pelo PAIGC. O quarto, tradutor de português para um inglês medíocre.

Os jornalistas acertaram os focos das suas câmaras fotográficas e de televisão. Os blocos de notas abriram-se. Mas os quatro homens não se sentaram. A voz engasgada anunciou: «de repente recebemos um telefonema das autoridades sul-africanas dizendo que não podíamos dar a Conferência de Imprensa».

A irritação sobreveio no seio dos jornalistas. «Isto é uma anedota» riuse um repórter sul-africano, enquanto o correspondente do «Observer» de Londres, em jeito de piada britânica séria, sugeria o espectáculo fantoche que decorria, perguntando porque «não escolheram fazer a conferência de imprensa no bantustão do Bophutatswana».

Sem máscara e desprotegidos

dos privilégios da desestabilização, os representantes do banditismo retiraram-se. Mas antes deixaram atrás de si a sua verdadeira imagem, cosida de contradições, especulações e falsas pretensões. Para um, «tudo está a correr», para outro «tudo depende de nós reconhecerem», para outro «essa coisa de querermos pastas ministeriais são invenções dos jornalistas», ou ainda que o assunto do envolvimento português «deve ser resolvido entre Portugal e a África do Sul».

A gota que fez transbordar a água do copo veio, no entanto, na sexta-feira, 2 de Novembro. De Lisboa os bandidos armados fizeram anunciar que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul, Roelof «Pik» Botha era um «incondicional aliado do governo marxista-leninista da Frelimo».

A reacção sul-africana a esta afirmação e as ameaças feitas contra a Declaração de Pretória ganhou dimensão no sábado através de várias declarações, onde se pode incluir a do Presidente Botha, que defendeu as «negociações e a cooperação económica através de discussões apropriadas», como a melhor forma de se «resolverem os problemas da África Austral».

Para o Ministro «Pik» Botha, que no sábado se encontrava em Roma, onde tinha discutido com o seu homólogo italiano as ameaças que a comunidade italiana

sofria das actividades dos bandidos em Moçambique, tornou-se claro que «os rebeldes estão a sabotar as conversações» de Pretória, como o referia, no domingo o jornal «Sunday Express».

Para além de considerar que o «governo da Frelimo» é o «legítimo governo de Moçambique», o Ministro dos Negócios Estrangeiros da África do Sul definiu a actuação dos representantes dos bandidos como parte de «interesses estrangeiros trabalhando contra os nossos esforços para estabelecer a paz na região».

Estas afirmações que nesse mesmo dia foram complementadas pelas do Ministro da Defesa e Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, surgiram em nome do Acordo de Nkomati. O Ministro da Defesa, Magnus Malan, contactado na tarde de sábado pela televisão, fez talvez a mais importante declaração ao dizer que «qualquer crítica ao Ministro Botha, devia ser entendida como um ataque à minha pessoa e a todo o governo sul-africano».

A reacção governamental sul-africana teve imediatas repercussões, quer nos meios diplomáticos e jornalísticos da África do Sul, bem como no seio da comunidade portuguesa a viver naquele país e que até recentemente esperava que as conversações de Pretória pudessem produzir algumas vantagens económicas num futuro próximo em Moçambique.

Para pessoas próximas do Governo com quem contactámos, durante o fim-de-semana em Johannesburg, a «evolução das negociações de Pretória estão a chegar ao ponto que permitirá ao regime tomar posições claras quanto à aplicação dos mecanismos que garantirão a paz em Moçambique».

Efectivamente, também nos meios financeiros e do negócio na África do Sul o «arrastar das ne-

gociações», eram vistas mais como «uma forma de o Governo chegar a uma plataforma em que os seus compromettimentos do passado não possam influir sobre as medidas que terá de tomar para cumprir o acordo em Nkomati», como nos foi afirmado por um dos dirigentes da Câmara de Comércio da África do Sul.

Para a comunidade do negócio na África do Sul, com especial relevo para o sector relacionado com o turismo, a criação da estabilidade e de um clima de paz em Moçambique, é tido como um factor «bastante dependente do nosso Governo». Este sentimento, expresso na Conferência sobre Investimento e Comércio em que participou o Governador do Banco de Moçambique, tem exercido pressões sobre o Governo sul-africano de que as declarações de sábado podem ser tomadas como um dos seus efeitos.

Mas, mesmo entre os sectores da sociedade sul-africana mais comprometidos com as actividades do banditismo em Moçambique, com particular destaque para a comunidade portuguesa proveniente de Moçambique, também o assunto «bandidos armados em Moçambique», começa a ter uma dimensão completamente diferente.

Vários portugueses por nós contactados na África do Sul e que ainda recentemente acreditavam que as negociações de Pretória poderiam reconstruir os tempos da colónia onde viveram, pensam agora que o banditismo em Moçambique é composto «por vigaristas que apoiam esses crimes que têm de acabar, para podermos ir lá gozar férias e comer camarão». Mas, também há os que vêem estas atitudes como o «receio de que o barco se afunde e eles ainda lá estejam dentro».

Nestes meios, sempre bem in-

formados sobre os «interiores» das conversas entre os representantes dos bandidos armados, também se garante haver «fortes contradições que na passada quinta-feira, depois do Governo ter cancelado a conferência de imprensa, iam acabando em pancadaria» contra um dos portugueses que representa o banditismo.

Com efeito, foi-nos garantido que um grupo de portugueses em Johannesburg ia «pedir contas» ao grupo que se encontra em Pretória pela morte do comerciante português Arnaldo Santos, queimado vivo na semana passada dentro do seu carro quando se dirigia a Maputo. A morte desse cidadão português, bastante popular em Johannesburg, criou uma atmosfera de grande ressentimento entre a comunidade lusitana.

A distanciação tomada pelos governantes sul-africanos no passado sábado relativamente ao banditismo em Moçambique e que, em parte se pode considerar reflexo dos mais diferentes interesses económicos e políticos da situação interna naquele país, leva a crer aos diplomatas baseados em Pretória que «ainda antes do fim do ano poderão ser postas em prática medidas que garantam para breve uma maior estabilidade em Moçambique».

Conforme nos garantiram vários diplomatas ocidentais na África do Sul, é claro que o regime da África do Sul tem, neste momento, reunidas todas as condições para poder «actuar a seu bel-prazer», sobre o futuro de paz em Moçambique, considerando-se que o facto de o Governo de Pretória ter feito aceitar aos bandidos o Presidente Samora Machel como Presidente de todos os moçambicanos constituiu o sinal de que maiores garantias lhes deu quanto à honestidade do seu envolvimento neste processo de negociações. □